

ENSAIOS OPERACIONAIS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE CIDADES MÉDIAS

Rosa Moura

Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea e integrante da equipe técnica da pesquisa Fronteiras do Brasil: uma Avaliação de Política Pública.

Gustavo Ferreira

Pesquisador do PNPD na Dirur/Ipea, vinculado à pesquisa Fronteiras do Brasil: uma Avaliação de Política Pública.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2649>

Muitos são os critérios empregados para definir cidades médias, e o próprio entendimento da expressão comumente vem seguido de dúvidas: médias pelo porte populacional? Sob qual corte de tamanho? Outras vezes se usa a mesma expressão empregada no espanhol, cidades intermédias, trazendo para o português a compreensão de cidades que fazem a intermediação. Neste trabalho, considera-se essa categoria de cidades como definidora daquelas que efetivamente fazem a intermediação entre as centralidades principais e a rede de centros locais no território brasileiro. Para essa intermediação, o porte populacional é secundário, colocando-se ênfase nas funções exercidas para cumprir esse papel, funções essas que mudam quanto ao perfil e ao grau de complexidade em cada região brasileira.

Neste texto, relatam-se os procedimentos operacionais de dois ensaios realizados para identificar cidades médias brasileiras, e se acrescem a eles duas possibilidades de refinamento na identificação, um de ordem urbana e outro de ordem rural. Com esses relatos, tem-se por objetivo colocar em discussão a necessidade de buscar procedimentos metodológicos e operacionais adequados para captar, sob variadas dimensões, as especificidades dos municípios, antes de formular políticas públicas com incidência territorial em determinada categoria de cidade.

Os ensaios realizados consideram o universo de 5.570 municípios do Brasil e se valem de informações comparáveis, portanto produzidas sobre uma mesma metodologia, que expressem as características principais dos municípios e os diferenciem entre si diante da heterogeneidade do conjunto. As informações consideradas e os resultados das classificações fazem parte de um anexo disponibilizado junto com o trabalho.

O texto se estrutura em quatro segmentos, além da introdução. No primeiro, retoma-se com brevidade a compreensão conceitual do termo cidade média, suas funções e seu papel na rede de cidades, como também no processo de reestruturação produtiva em finais do século XX. Mostra-se que essas unidades urbanas vêm fazendo parte de políticas governamentais desde a segunda metade desse século.

Os ensaios para identificação são descritos no segundo segmento. O primeiro faz uso simplesmente das centralidades do patamar intermediário da classificação dos municípios brasileiros, segundo a pesquisa *Regiões de Influência das Cidades 2007*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).¹ Consideram-se cidades médias as capitais regionais C, os centros sub-regionais A e B e os centros de zona A e B, sendo os centros de zona B com população superior a 50 mil habitantes, ou qualquer tamanho populacional quando situados nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste. O segundo ensaio parte dessa identificação para agregar outros elementos identificadores de especificidades: a inserção em arranjos populacionais, caso em que o conjunto de municípios que integra cada arranjo passa a ser considerado uma unidade, ou uma cidade média; a natureza desses arranjos populacionais, se singulares, interestaduais ou fronteiriços; e a existência de alguns polos de regiões imediatas, não captados pelos critérios anteriores, que em áreas de baixa densidade de ocupação exercem polarização sobre grandes extensões ocupadas.

1. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

No terceiro segmento do trabalho faz-se um exercício de busca das especificidades do conjunto identificado a partir de dois refinamentos complementares aos classificatórios. O primeiro, de ordem urbana, faz um cruzamento entre as cidades médias identificadas e seu enquadramento nas escalas da urbanização brasileira, já o segundo se vale da tipologia dos espaços rurais brasileiros, para um segundo cruzamento, este, portanto, de ordem rural.

No quarto segmento, de considerações finais, se enfatiza a diversidade encontrada entre os municípios que podem ser considerados cidades médias e contemplados em políticas públicas voltadas a essa categoria de centros no Brasil. Destaca-se a necessidade de identificar essas unidades que exercem o papel de intermediação, compondo grupos menores, mais homogêneos, que singularizem suas especificidades e que se ajustem, com mais precisão, às finalidades de cada política formulada, como garantia de eficácia em sua implementação. Anota-se também a importância de que cada categoria seja considerada em relação à totalidade do território – tendo em vista as relações com as demais centralidades e com sua respectiva região de influência – e de que seja contemplada sua configuração espacial, de modo a apreender os diferentes graus de complexidade da gestão urbana e regional. Reforça-se, por fim, a relevância dessa categoria de cidades na estruturação e organização do território nacional, cabendo a elas políticas públicas específicas.